



## BRANQUITUDE E COLONIALIDADE ACADÊMICA

Ana Tereza da Silva Nunes<sup>1</sup>  
Jair da Costa Junior<sup>2</sup>

### Resumo

O ensaio questiona a manutenção de determinadas práticas, metodologias e epistemologias legitimadas na gênese do campo acadêmico a partir de uma noção de racionalidade científica ocidental tida como universal. Buscamos averiguar a forma como o campo acadêmico opera uma lógica distintiva ao reproduzir hierarquizações socioculturais – de gênero, raça e classe – na categorização dos saberes, sujeitos e territórios referenciando a norma europeia. Discute-se a gênese do campo acadêmico considerando a noção de ciência moderna em relação à conservação de uma estrutura desigual que a origina, pensando práticas de manutenção da branquitude e colonialidade dos saberes/poderes nos espaços institucionalizados de onde se propaga o conhecimento reconhecido e oficializado como ciência no Brasil.

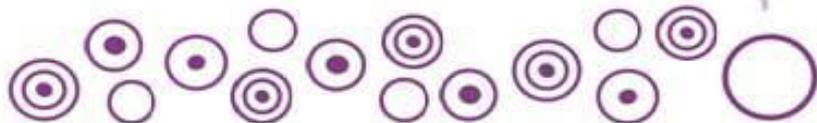
**Palavras-chave:** Colonialidade. Branquitude. Educação. Ciência.

### Generificação e racialização assimétrica do conhecimento científico no Brasil

Pensar a experiência histórica da academia no Brasil, considerando possíveis práticas de alteridade, permite averiguar alguns dos modos como as relações de interseccionalidade relativas às posições de gênero, raça e classe, articuladas à gênese das ciências modernas, atravessam ainda na atualidade as formas de representação e subjetivação social. Conseqüentemente, a produção do conhecimento reconhecido como científico, e os processos de (não) reconhecimento de determinados saberes e sujeitos no âmbito do campo acadêmico atuam como instâncias homólogas às relações sociais. Compreender o lugar em que nos inserimos, sem desconsiderar o lugar do outro, requisita uma reflexão quanto às formas metodológicas não flexíveis e fundadas em epistemologias do conhecimento comprometidas pela própria concepção de uma ciência moderna enquanto subproduto e produtora da mesma

<sup>1</sup> Mestranda – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia.  
Email: anaterzasilvanunes@gmail.com

<sup>2</sup> Mestre em Ciências Sociais – Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Email: jc.juniorjah@gmail.com





“colonialidade do poder”<sup>3</sup> (QUIJANO, 2009) incorporada nas assimetrias sociais racializadas e generificadas patriarcalmente que caracterizam o Brasil.

O atual sistema de ensino universitário brasileiro se constitui marcado pelos mesmos condicionantes sociais de poder alicerçados na gênese histórica do Brasil, comprometida por padrões eurocêntricos de classificação do mundo, em que a colonização desponta como a “culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial”(QUIJANO,2005, p.117). Essa cultura é mundializada enquanto verdade universal, coloca às demais cargas valorativas morais, passando pelo campo da estética, do intelecto e dos costumes, especialmente aos países periféricos<sup>4</sup>. Produz a codificação e homogeneização de experiências num único padrão europeizado, controlando todas as dimensões da vida: da subjetividade, dos corpos, da cultura, e do monopólio da produção do conhecimento (QUIJANO, 2005, 2009).

Considerando o marco da modernidade estabelecido em 1492<sup>5</sup> (BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016), a associação abstrata da razão com a masculinidade e a brancura foi produzida por um conjunto de fatos históricos articulados em que se incluem os processos colonialistas, protagonizados por esses atores: homens brancos burgueses (YOUNG, 2000). Os sujeitos – homens, brancos, heterossexuais, europeus – que produzem o conhecimento científico acadêmico como campo institucionalizado do saber, bem como as metodologias e epistemologias que empreenderam, foram e são mantidos em um lugar de poder, por uma trajetória de reconhecimento literal e simbólico que opera como engrenagem automatizada, que não mais carece que tais sujeitos precursores a movam deliberada e explicitamente. Estabelecem-se práticas que passam a conservar lugares e privilégios ao cumprir requisitos instituídos enquanto próprios de um campo<sup>6</sup>, que se constituiu como a tradição intelectual moderna, e que percebemos indissociável, em forma e conteúdo, das opressões sexistas e racistas naturalizadas na estratificação imposta ao mundo social

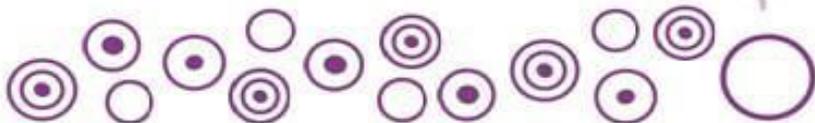
---

<sup>3</sup> Colonialidade é um conceito utilizado para definir formas de interiorização das noções de superioridade racial que perpassa todas as dimensões da experiência humana, especialmente na América do Sul, que tem seu marco temporal na colonização (1492). A partir desse marco os processos de dominação sistemáticos – objetivos e simbólicos – introduzem distinções no *habitus* do povo colonizado que perduram nas relações sociais (estruturas objetivas), nos corpos e mentes dos agentes (estruturas cognitivas).

<sup>4</sup> Uma discussão sobre a concepção de centro e periferia como categorias de definição da “articulação política e *geocultural*” da distribuição da divisão racial do trabalho, incluindo a intelectual, em âmbito mundial e seus respectivos impactos objetivos e subjetivos pode ser encontrada em, Quijano (2009).

<sup>5</sup> Localiza o início do “sistema-mundo capitalista/patriarcal/cristão/moderno/colonial europeu” em 1492.

<sup>6</sup> Campo pode ser considerado um universo relativamente autônomo que comporta regras específicas e modos específicos de conduta incorporados pelos agentes que o experimentam. Ver, Bourdieu (2003).





ocidentalizado, que definem (des)valores conferidos às representações e posições socioculturais em interação.

Conforme assevera Young (2000), a ciência moderna é o principal instrumento de imposição e legitimação da norma simbólica enquanto pressuposto de um padrão hegemônico estético e cultural. Reproduz desde seu originário uma orientação heteropatriarcal racializada, que culmina na conservação sócio-histórica objetiva de um só lugar de fala e representatividade, de um grupo social – homens, brancos, heterossexuais – sobre todos os outros, e conseqüentemente, em uma autorização do referido grupo para se posicionar sobre todo e qualquer assunto no âmbito da produção científica. Uma espécie de conversão da hierarquia patriarcal impositiva, garantida por reflexões proferidas e avaliadas entre pares na gênese da ciência moderna, em uma autoridade simbólica desse mesmo lugar masculinizado, em representação e representatividade, enquanto o referencial máximo relativo à invisibilidade imposta aos demais grupos sociais no espaço da academia.

Os modos de produção do conhecimento, e os critérios estabelecidos para o reconhecimento do campo científico conformam as hierarquizações socioculturais legitimadas e oficializadas, asseguradas pelo monopólio da classificação do mundo social garantido no manejo do recurso do universal<sup>7</sup> (BOURDIEU, 2014). Segundo Young (2000) é importante não concluir que as intersecções perpassadas por classe, raça e gênero sejam causadas pela razão científica. Esclarece, por outro lado, que se trata de um campo que reflete as relações de dominação presentes no espaço social. Dessa forma, a “associação desta razão com uma burguesia branca e masculina surge e persiste no contexto de uma sociedade estruturada por relações hierárquicas de classe, raça, gênero” (YOUNG, 2000, p.215). Questiona-se os limites de um academicismo calcado em branquitude<sup>8</sup> (LOBORNE, 2014) e colonialidade (QUIJANO, 2005, 2009), que associou e essencializou o sentido de conhecimento e ciência a um grupo social que passa a representar a norma<sup>9</sup> universal. O campo acadêmico se faz espaço de possibilidades de desqualificação de saberes e discursos politizados, retirando-lhes o status de ciência e categorizando-os enquanto ativismo/militância<sup>10</sup>, desconsiderando que a

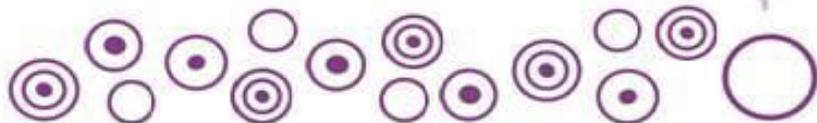
---

<sup>7</sup> Definir o que pode ser considerado universal é possível pelos agentes que estão de posse das funções do Estado que por sua vez é produtor do oficial, de verdades. Maiores detalhes ver Bourdieu (2014).

<sup>8</sup> A noção de branquitude averigua assimetrias raciais questionando a identidade branca concebida estruturalmente enquanto norma e lugar social de privilégios, em detrimento de uma maioria populacional não branca, concebida e mantida como o outro negativo. Uma racialização quanto aos significados do que é ser branco criticamente, considerando interseccionalidades de gênero e classe, e objetivando a ampliação das formas de inserção na desconstrução antirracista coletiva das práticas sociais.

<sup>9</sup> Sobre a produção e instituição da norma identitária é possível ter uma densa discussão sobre em: Silva (2014).

<sup>10</sup> Um patente exemplo dessa estratégia simbólica de desqualificação intelectual, de retirada do campo científico pode se encontrado em Telles (2003), que ao mencionar Abdias do Nascimento sempre o associa ao adjetivo “ativista negro”.





luta por representação e representatividade esteja travada na própria concepção de conhecimento, na dissimulação da manutenção de posições privilegiadas e conservação de um poder eurocentrado apresentado como rigores metodológicos e epistemologias clássicas. A noção de lugar de fala (DJAMILA, 2014) está diretamente articulada à busca por uma epistemologia decolonial, no enfrentamento acadêmico das formas de opressão<sup>11</sup> perpetradas contra grupos sociais, a partir das categorizações e valorações negativas relativas às construções identitárias estruturalmente generificadas e racializadas desigualmente na sociedade brasileira.

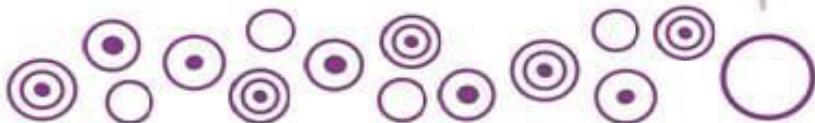
Valorações que nos afetam epistemologicamente quanto às práticas acadêmicas conservadas no que tangem à sutileza da violência racista e de gênero pode ser observada a partir de uma norma que se legitima na seleção de referenciais ao se pensar uma disciplina, um projeto, uma pesquisa. Quantxs feministxs serão selecionadxs? Quantas autorxs negrxs? Quantos autorxs antirracistas? Quantas autorxs latinx-americanxs, brasileirxs, mineirxs? Quantas leituras de autoria de LGBTs serão inseridas? Agir em contrário às distinções e desigualdade na prática passa por se condicionar ao exercício de ações afirmativas cotidianas, passa por considerar esses fatores interseccionais que cerceiam determinados sujeitos em determinados espaços também na busca e inserção de novos referenciais, a partir do entendimento comum de que agir automatizadamente, ou seja, se dar o privilégio de não pensar sobre isso, é reproduzir efeitos de opressão estruturalmente incorporados, de maneira inconsciente; é seguir reproduzindo a exclusão de determinados grupos sociais, e conservando invisibilizações que corroboram epistemicídios<sup>12</sup> (CARNEIRO, 2005) por escolhas sempre orientadas por autores e formatos metodológicos eurocentrados.

Algo que pode se fazer importante pensar, quando, diante de uma lista de 41 eixos temáticos em um evento, como esse em que estamos, e que trata de gênero, sexualidade, e se dispõe a tratar de ocupação e resistência em espaços de educação, não há nenhum com recorte étnico-racial explícito no título desses espaços de debate, ainda que dentro do que proponham

---

<sup>11</sup> Segundo Young (2000) o pertencimento a um grupo se dá a partir de uma relação de afinidades produzida por experiências (classe) de vida comuns e um grupo somente existe em relação à outro. Opressão e dominação são compreendidas enquanto dimensões estruturantes das relações entre grupos sociais de caráter sistêmico. As violências – opressões/dominações – são vividas a partir de situações corriqueiras e boas intenções. Para a autora a violência se evidencia em cinco faces: exploração; marginalização, carência de poder, imperialismo cultural e violência. Observadas as circunstâncias de gênero, sexualidade, raça e classe, no que confirma o proposto por Davis (2016) quanto às interseccionalidades.

<sup>12</sup> O termo faz analogia à ideia de assassinato dos conhecimentos não legitimados pela norma eurocentrada, trata da exclusão, desqualificação e invisibilização de saberes de origem diversa e produzido em formatos diferentes das imposições cientificistas modernas ocidentais; o epistemicídio é considerado enquanto parte dos processos que configuram um quadro de genocídio continuada da população negra em nosso país, opera na morte simbólica do que se refere culturalmente às populações dos grupos sociais historicamente oprimidos.

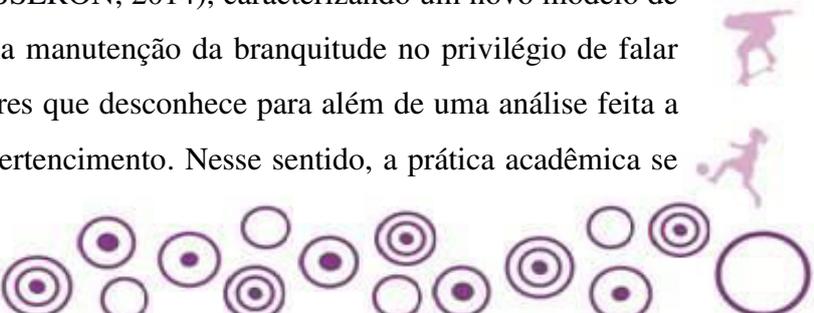




no conteúdo e forma de abordagem raça esteja contemplada como categoria de análise. Há que nos fazer pensar sobre como ainda é possível um evento sobre gênero e corporeidades no Brasil não atuar afirmativamente, diante da escolha por uma linguagem que explicita prioritariamente o comprometimento com uma epistemologia antirracista no campo da Educação. Ainda que se fale de representatividade e da importância de nos educarmos para as relações étnico-raciais recorrentemente, e que ela esteja contemplada em todas as políticas públicas em Educação das últimas décadas, não houve questionamento e/ou atitude prática para reversão dessa ausência terminológica, não houve uma percepção entre pesquisadores legitimados no campo, na elaboração de eixos temáticos que sejam de interesse na área, de que tal ausência acarrete em prejuízo na mensagem que o evento comunica inicialmente. Não houve sensibilidade pra pensar que se trata de mais um modo de negar sutilmente que haja a real necessidade de sempre estabelecermos recortes étnico-raciais, e que, ainda hoje, permitir essa ausência como algo pontual, não planejado, contribui para a manutenção da invisibilização das desigualdades racializadas na sociedade brasileira como um todo.

Colocamos em suspensão, no sentido mesmo da redução fenomenológica, os regimes de verificação que seguem regendo o campo acadêmico, e conseqüentemente, as relações sociais. “Analisar, portanto, os regimes de verificação, é verificar os pressupostos que norteiam os pontos de vistas. No caso do Brasil, há que se reconhecer um pensamento colonial (um *ethos* racista intelectual) estruturado nos cérebros e nas práticas” (COSTA, 2018, p.402). É questionar um campo instituído supostamente para desvelar os mecanismos de opressão, que, de outra maneira, os reproduz irrefletidamente ao não considerar os pressupostos que regem a razão. Conforme assevera Bourdieu (1998, p.11) “a crença, incluindo aquela que está na base do universo científico, é da ordem do automático, quer dizer do corpo, que, como Pascal não pára de nos lembrar, ‘tem razões que a razão não conhece’”.

A razão científica, ao hierarquizar modos de escrever e produzir corporeidades artísticas possibilita a legitimação e a sistematização de apropriação cultural dos saberes que não produz, mas que são enquadrados nas formas acadêmicas, apreendidos e replicados nas tidas normas cultas da língua, apropriados pela cultura letrada em monografias, dissertações, teses, documentários, peças de teatro, espetáculos de dança, ou seja, pelos agentes familiarizados historicamente com a forma do capital cultural escolarizado e requisitado por tais espaços de ensino (BOURDIEU; PASSERON, 2014), caracterizando um novo modelo de exercício de uma mesma colonialidade na manutenção da branquitude no privilégio de falar sobre tudo e todos, mesmo sobre os saberes que desconhece para além de uma análise feita a partir de um lugar com o qual não tem pertencimento. Nesse sentido, a prática acadêmica se





torna um mecanismo de apropriação e expropriação de saberes, a partir de um olhar exotizado sobre tudo que possa ser considerado objeto, se traduz em um olhar normalizador, que tanto reduz quanto desqualifica o que for considerado objeto (YOUNG, 2000).

Estabelecer critérios que padronizam um modo de produzir conhecimento enquanto requisito para que ele seja reconhecido como verdade possibilitou manter certa primazia da forma em detrimento do conteúdo “academicizado”. Em oposição à norma científica são colocados todo conhecimento e saber tido como desviante, ou rejeitado enquanto tal. O que constitui atender textualmente às normas da ABNT<sup>13</sup> e aos referenciais teóricos certos, pagar pedágio intelectual para um número suficiente de autores legitimados e que pensem próximos de você sobre um tema que atenda à linguagem do campo, pode e será considerada ciência a ideia apresentada. Ciência como a adjetivação sociocultural construída e institucionalizada para hierarquizar a produção de um conhecimento sobre os demais. “A ciência é a estética da inteligência” (BACHELARD, 1996, p.13), o que corresponde à noção de ciência como forma idealizada de inteligência, produzida e conservada desde a modernidade. Nesse sentido, deixar a superficialidade da forma pode ser uma forma de se opor ao ordenamento distintivo e arbitrário de saberes. Mobilizar a produção acadêmica como ferramenta de intervenção na dinâmica de opressão dos grupos sociais, ressignificando esse espaço de captura desveladora de hierarquias modernas. Maria Beatriz do Nascimento (RATTS, 2012, p.94) descreve:

O branco brasileiro de um modo geral, e o intelectual em particular, recusam-se a abordar as discussões sobre o negro do ponto de vista da raça. Abominam a realidade racial por comodismo, medo, ou mesmo racismo. Assim perpetuam teorias sem nenhuma ligação com nossa realidade racial. Mais grave ainda, criam novas teorias mistificadoras, distanciadas desta mesma realidade (RATTS, 2012, p. 94).

Não se trata de reduzir a produção do conhecimento à imutabilidade de uma condição machista, racista e elitista, ou inferir que tais processos estejam na ordem do conscientemente deliberado por agentes que os protagonizam, mas de repensar, para um enfrentamento deliberado de tais questões nas instituições de ensino acadêmico, exatamente para que tais espaços e agentes possam rever as práticas de omissão e invisibilização na manutenção dessa hierarquização que possui cor, gênero e classe no que determina em lugares e representações em nossa sociedade.

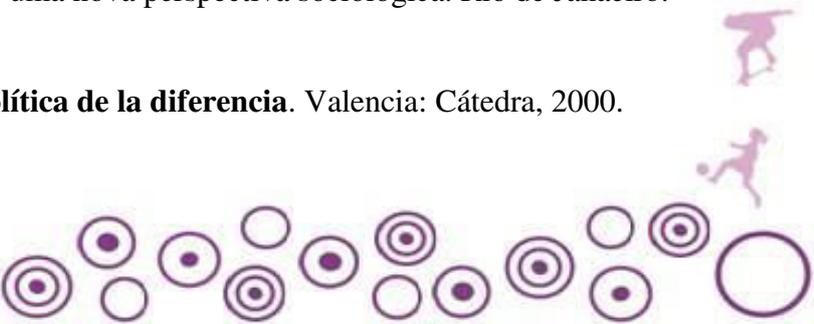
---

<sup>13</sup> Associação brasileira de normas técnicas; órgão responsável pela emissão das orientações referentes aos padrões dos formatos de apresentação dos trabalhos e produções acadêmicas no Brasil.





## Referências

- BACHELARD, G. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro : Contraponto, 1996.
- BOLTANSKI, Luc. **As classes sociais e o corpo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- BOURDIEU, P. **Sobre o Estado**. São Paulo: companhia das letras, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**: São Paulo: Brasiliense, 2003.
- BOURDIEU, P; PASSERON, J. **A reprodução**.. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.
- CARNEIRO, S. A. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005, Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, 2005.
- COSTA, Jair. **Genocídio: o apagamento de uma identidade**. 2018 - Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2018.
- DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. Orig.1981. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- LOBORNE, A. A. de P. **Branquitude e colonialidade do saber**. Revista ABPN. V.6, n.13. Mar. – Jun. 2014. pp. 148 – 161.
- QUIJANO, A. **Colonialidade do poder e classificação social**. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. Epistemologias do Sul. Coimbra: Edições Almedina S.A, 2009.
- QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do Poder, eurocentrismo e América Latina**. Clacso. 2005. Disponível em: <[bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/quijano.rtf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/quijano.rtf)>. acesso em: 20 jun. 2016.
- RATTS, Alex. **Eu sou Atlanta**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: imprensa oficial, 2006.
- RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- TELLES, Edward. **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume dumará, 20003.
- YOUNG, Iris Marion. **La justicia y la política de la diferencia**. Valencia: Cátedra, 2000.
- 



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG

**Catálogo na Publicação:**

Bibliotecária Simone Godinho Maisonave – CRB -10/1733

S471a Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade (7. : 2018 : Rio Grande, RS)

Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade [recurso eletrônico] / organizadoras, Paula Regina Costa Ribeiro... [et al.] – Rio Grande : Ed. da FURG, 2018.

PDF

Disponível em: <http://www.7seminario.furg.br/>

<http://www.seminariocorpogenerosexualidade.furg.br/>

ISBN:978-85-7566-547-3

1. Educação sexual - Seminário 2. Corpo. 3. Gênero 4. Sexualidade I. Ribeiro, Paula Regina Costa, org. [et al.] II. Título III. Título: III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade. IV. Título: III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade.

CDU 37:613.88

Capa e Projeto Gráfico: Thomas de Aguiar de Oliveira  
Diagramação: Thomas de Aguiar de Oliveira

